

REPRODUÇÃO/VÍDEO-CONGRESSO EM FOCO



Berzoini: PT precisará discutir sua renovação

Berzoini: receita de rejuvenescimento do PT

Quando se elegeu deputado federal pela primeira vez, em 1998, Ricardo Berzoini tinha 38 anos. Segundo ele, na ocasião, a bancada do PT na Câmara era a mais jovem. “Agora, a grande maioria dos deputados petistas são mais idosos”, comenta Berzoini, na continuação da conversa que teve com o Correio Político. Para o ex-ministro e ex-presidente do partido, esse é um dos sinais da constatação de que o PT, consiga ou não reeleger Luiz Inácio Lula da Silva, precisará passar por um grande processo de renovação. A começar pelo fato de que não terá mais Lula como sua referência principal e quase eterno candidato à Presidência. Se for eleito, Lula, pela atual legislação, não poderá disputar novo mandato. Ainda que pudesse, estaria em 2030 com 86 anos. Em 2034, terá 90 anos. “Lula está com boa saúde e muita disposição. Mas tudo indica que essa será sua última disputa eleitoral”, comenta.

Quem e como são os trabalhadores de hoje?

Assim, a escolha do novo rosto que passará a ser a principal referência do PT é o grande desafio. Será um partido menos personalista, a partir de então? Mas, para além dessa questão, Berzoini comenta que será necessário pensar um projeto partidário de longo prazo que compreenda as mudanças que aconteceram no país e que torna o Brasil bem diferente daquele que havia no final da década de 1970 e início da década de 1980 quando o PT foi criado, com representações da sociedade que mudaram.

RICARDO STUCKERT / PR



Quem substituirá Lula como principal referência do PT?

Associações da criação mudaram

Quando foi criado, o PT surgiu da conjugação de um grupo de intelectuais de esquerda com setores da sociedade que emergiam. O principal deles, é claro, os trabalhadores organizados em sindicatos, como os metalúrgicos de Lula ou os bancários de Berzoini. A eles, se somou a igreja católica progressista, e o importante trabalho que fazia nas periferias das cidades a partir das comunidades eclesiais de base. E as organizações oriundas dos chamados “povos da floresta”, os ambientalistas ligados a Chico Mendes e Marina Silva.

O Brasil de 2026 é bem diferente

Em 2026, o Brasil é bem diferente. Os sindicatos perderam a força que tinham. Os ditos modelos de “empreendedorismo” – entregas, motoristas de aplicativo, etc – crescem na sociedade. Os segmentos evangélicos cresceram especialmente nas periferias, e mesmo a Igreja Católica tornou-se mais conservadora. E a cadeia produtiva do agronegócio representa 25% do PIB brasileiro.

Trabalho formal

Berzoini reconhece a perda de força do movimento sindical. Mas relativiza as mudanças nos modelos de trabalho, ainda que a reforma trabalhista tenha impactado os modelos tradicionais. “Mas o trabalho formal, com carteira assinada, no Brasil tem crescido”, ele observa. “E alguns desses novos modelos são mudanças sobre o que já havia”.

Mudanças

Os motoristas de aplicativo, por exemplo, diz Berzoini, avançaram sobre um modelo que já não era de trabalho formal e carteira assinada: os motoristas de táxi. Os entregadores deixaram de ser funcionários de um único restaurante ou lanchonete para trabalhar para grandes empresas de entregas. Tudo, porém, muda o conceito de trabalhador.

Perfil religioso

Outro desafio é o perfil religioso da população. E o projeto político de alguns setores do mundo evangélico. “Quando eu presidia o PT, vi o surgimento do Partido Republicano”, relembra Berzoini. O partido era a legenda do vice de Lula nos primeiros governos, José Alencar. E nasceu como braço político da Igreja Universal do Reino de Deus.

Republicanos

Então aliado de Lula, o Partido Republicano virou o Republicanos de hoje, legenda do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, entre outros. “Inegável como esse projeto político cresceu e precisa hoje ser levado em consideração na sociedade”, comenta Berzoini. “A nova realidade é essa”, comenta o ex-presidente do PT.

Mudança

Embora alerte que a disputa política nestas eleições será difícil, voto a voto, Berzoini, como mostramos aqui na quinta-feira (24), confia na vitória de Lula. Então, a partir da constatação de que será seu último governo, abrindo obrigatoriamente a necessidade de renovação, ele acha que ficará criado o espaço para que o PT discuta sua renovação.

Caso perca

Caso perca, o que, evidentemente, Berzoini nem de longe deseja, tudo será bem mais difícil. Mas talvez ainda mais necessário. De qualquer modo, o eventual governo Flávio Bolsonaro (PL) precisará de contraponto, de oposição. E, então, não há muita dúvida de que força política se apresentará com maior capacidade para esse contraponto.

ALEJANDRO ZAMBRANA/STF



Dino levantou dúvidas sobre a conduta da CVM na fiscalização do Master

Dino questiona CVM sobre leniência com o Master

Questionamentos foram encaminhados à Polícia Federal

Por **Beatriz Matos**

Quatro dias depois de mandar o governo revisar as regras que orientam a atuação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o ministro Flávio Dino decidiu levar parte das dúvidas sobre a conduta da autarquia para a esfera policial. Nesta quinta-feira (24), o magistrado determinou que a Polícia Federal (PF) abra inquérito para apurar possíveis ilícitos relacionados à atuação de agentes públicos da comissão e eventual influência de autoridades em decisões internas envolvendo fatos ligados ao Banco Master.

A PF terá prazo inicial de 60 dias para realizar as diligências e apresentar um relatório ao Supremo Tribunal Federal. Antes disso, a própria CVM terá 72 horas para entregar documentos, informações e registros de tramitação dos procedimentos mencionados na decisão.

Um dos pontos que entraram no radar de Dino é uma comunicação encaminhada à CVM em 2022 com informações sobre operações do Grupo Master. O material mencionava possíveis inconsistências contábeis, insuficiência financeira e aplicação de recursos captados com cobertura do Fundo Garantidor

de Créditos em ativos de baixa liquidez. O procedimento acabou arquivado.

Ao justificar a abertura da investigação, Dino afirmou haver “indícios que configuram o dever legal de apuração” de eventuais ilícitos envolvendo agentes da CVM e possíveis interferências em processos decisórios. A decisão, por enquanto, não atribui crimes a pessoas específicas. A identificação de eventuais responsáveis dependerá do que for reunido no curso do inquérito.

O ministro também determinou que a autarquia detalhe quem participou da análise dos procedimentos, quais áreas técnicas se manifestaram e quais fundamentos foram usados para arquivamentos ou encerramentos. A resposta da CVM será uma das primeiras peças a chegar ao Supremo antes do avanço das diligências da PF.

Dino ainda menciona outro processo sob análise da Corte, relacionado a um fundo imobiliário ligado a concessões de serviços funerários e cemiteriais da Prefeitura de São Paulo. O caso envolve suspeitas sobre a valorização de ativos e procedimentos que também passaram pela CVM. Para o ministro, os elementos reunidos justificam apuração.